

4ème Conférence Transformare des 17 et 18 mars ISC Paris

Gestão Social: Fernand Braudel e a fragilidade das críticas a um campo em construção

Miguel Pacífico Filho (UFT/Brazil, migfilho@terra.com.br)

Airton Cardoso Cançado (UFT/Brazil, airtoncardoso@yahoo.com.br)

Resumo

Este trabalho objetiva demonstrar que as críticas direcionadas à Gestão Social – GS são construídas sobre bases históricas que carecem de referenciais adequados. Faremos a exposição das discussões que, realizadas entre críticos e defensores da idéia de consolidação da GS como um campo de saber, estão alicerçadas em autores clássicos como Adorno, Karl Popper e Boaventura de Souza Santos e desenvolvem-se desde os anos 90, fato que lhes confere densidade e historicidade. Demonstraremos a fragilidade das críticas, baseadas em equivocadas concepções acerca da participação popular ao longo da História do Brasil e em ausência de capacidade de percepção dos processos históricos que compõem a formação de um campo de conhecimento. Utilizamos o conceito de longa duração proposto por Fernand Braudel, através do qual é possível compreender que os fatos históricos, entre eles a constituição de uma área de conhecimento, devem ser observados a partir da pluralidade de seus tempos, que podem ser estruturais, conjunturais ou factuais. Concluímos, a partir da perspectiva analítica comparativa com outro campo de conhecimento, a História, que a Gestão Social é uma área de conhecimento e como tal encontra-se em pleno processo de discussão de seus pressupostos e paradigmas.

Palavras Chave: Gestão Social; Campo do Conhecimento; Fernand Braudel.

Introdução

Discussões envolvendo a Gestão Social, independente do ângulo de aproximação escolhido, necessariamente nos conduzem na direção de questões que, atualmente, são tema de debates envolvendo pontos como: a Gestão Social e sua estruturação como campo de conhecimento, autocitações e endogenia. Tais fatos encontram-se profundamente alicerçados e não raro encontramos referência a autores clássicos como Adorno, Bourdier, Karl Popper e Boaventura de Souza Santos como suporte às mais diversas proposições. Igualmente é possível observar críticos cujos argumentos centram-se em institucionalização precoce, auto-referenciarão e hierarquização tradicional acadêmica. No entanto acreditamos que, de acordo com o que a própria literatura que trata do tema nos permite dizer, o denominador comum a todos os autores, propositores ou críticos, que se ocupam das questões epistemológicas, metodológicas e institucionais envolvendo a Gestão Social é o fato de admitirem e mesmo defenderem que se trata não somente de um campo em construção como também suas definições conceituais estão *in progress*.

Dentro desse processo de construção da Gestão Social, dois momentos em particular nos chamam atenção. Momentos nos quais é possível perceber diretamente posicionamentos antagônicos no que diz respeito ao entendimento do que viria a ser a Gestão Social e em decorrência disso os limites de sua aplicabilidade. Referimo-nos especificamente, como primeiro momento, ao debate ocorrido no ano de 2009, durante o III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS) realizado nas cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA, pela UNIVASF, Universidade Federal do Vale do São Francisco. Os pesquisadores envolvidos no debate foram Fernando Guilherme Tenório e José Antônio Gomes de Pinho. Como segundo momento, temos o debate entre os professores Airton Cardoso Cançado e Edigilson Tavares de Araújo, ocorrido durante o XII Colóquio

Internacional sobre Poder Local, realizado pelo Centro Interdisciplinar de Desenvolvimento e Gestão Social da Escola de Administração da Universidade Federal da Bahia (Ciags/EAUFBA) no ano de 2012. Cabe dizer que as discussões centraram-se nos trabalhos de doutoramento dos pesquisadores envolvidos, defendidas respectivamente nos anos de 2011 e 2012.

Os debates apontados tiveram seus textos devidamente publicados através da Coleção ENAPEGS Vol.3 no ano de 2010, e na Revista NAU Social, no ano de 2013. Percebemos nessas discussões posicionamentos críticos bastante incisivos quanto àquilo que se propõe, se institucionaliza e se referencia acerca da Gestão Social. Os trabalhos de Pinho e Araújo, em função da postura crítica que adotam são os textos com os quais dialogaremos ao longo desse trabalho. Os autores em questão, para desenvolver suas críticas, recorrem, cada um a sua maneira, à contextualização da Gestão Social e a argumentos segundo os quais haveria tanto inviabilidade aplicativa quanto institucionalização precoce. Melhor dizendo Pinho propõe, a partir de uma busca que, segundo o próprio, recorre às camadas intestinas de nossa formação social, que em função de nossa inabilidade histórica à participação popular decorrente de nossa inadequação técnica para tal, esta comprometeria uma das propostas basilares da Gestão Social, a participação democrática direta. Araújo, após minuciosa reconstituição dos eventos que levaram à estruturação da Gestão Social, compreendendo análises de fatos ocorridos entre o início dos anos 90 até o ano de 2012 menciona uma série de inconsistências conceituais, ausência de paradigmas consensuais e a já supracitada institucionalização precoce. Entendemos que tanto o trabalho de Pinho (2010) quanto o de Araújo (2012) trazem como base para suas críticas análises e contextualizações históricas para justificar seus argumentos.

As críticas resultantes dos trabalhos mencionadas trazem consigo, a nosso ver, consideráveis fragilidades. Apresentamos, então, nossa proposta de análise de tais críticas extraíndo delas suas inconsistências no que diz respeito às suas opções de abordagem das questões envolvendo a Gestão Social. Sabemos que esse campo de debates é sustentado por referenciais complexos e oriundos das mais diversas áreas do conhecimento. Como já dissemos no início desse texto, Adorno, Karl Popper, Bourdier, Thomas Khun, Boaventura de Souza Santos e Marilena Chauí são cuidadosamente manuseados por reconhecidos pesquisadores das mais diversas regiões do país. Portanto, objetivamos também oferecer contribuição para o alargamento das fronteiras epistemológicas da Gestão Social.

Optamos por fundamentar nosso trabalho a partir das considerações construídas por Fernand Braudel, historiador francês pertencente à Escola dos Annales, e suas propostas para o adequado manuseio das questões envolvendo as diversas temporalidades através das quais é possível a construção da historicidade dos mais diversos objetos: uma sociedade, uma técnica, trajetórias individuais de vida entre outras tantas possibilidades. Nossa proposta está, portanto, baseada no conceito de longa duração ou *La Longue Durée* segundo a língua materna do autor. “Grosso modo”, e o trataremos com maior profundidade adiante, a longa duração versa sobre manusear corretamente aquilo que ele entende como sendo a somatória dos diversos tempos presentes e segundo Dosse (2003) a arquitetura braudeliana articula-se em torno de três temporalidades diferentes, três patamares: o tempo do acontecimento, o tempo conjuntural e cíclico e, por fim, a longa duração. É possível, assim, distinguir estágios diferentes do tempo e discrepâncias entre as diversas temporalidades. Acreditamos que as análises de Pinho e Araújo concentram-se no chamado evento, que segundo Braudel pertencem à categoria do imediato, daquilo que é ruidoso e que se desconectado de elementos que só se pode extrair de temporalidades mais extensas desses mesmos objetos, tem-se como resultado contextualizações e análise frágeis, construção de contextos incompletos que conduziriam a olhares capazes de visualizar somente parte daquilo que se imagina ser o todo.

Nosso objetivo nesse artigo está estruturado em três momentos distintos: o primeiro deles, demonstrar o pensamento de Fernand Braudel e traçar uma contextualização histórica

do surgimento da Gestão Social. O segundo: demonstrar a fragilidade das críticas feitas ao chamado atual estado da arte da Gestão Social, particularmente aquelas estruturadas por Pinho, demonstrando o desconhecimento deste crítico no que diz respeito à historicidade da participação popular dos brasileiros. O terceiro: demonstrar também a fragilidade das críticas feitas à Gestão Social, nesse ponto, aquelas estruturadas por Araújo, ao situarmos a Gestão Social nas temporalidades propostas por Braudel demonstrando que seu percurso de desenvolvimento guarda similaridades com os demais campos de conhecimento.

1 – Fernand Braudel, a longa duração e o manuseio dos tempos históricos.

Fernand Braudel, autor referência para a construção de toda a nossa argumentação em relação às fragilidades das críticas que se faz em relação à Gestão Social e aos trabalhos e conclusões de alguns de seus propositores, integrou um conjunto de pesquisadores que representou não somente uma ruptura no interior de seu campo de conhecimento e atuação, a História, como também desempenhou papel determinante para que esse mesmo grupo assumisse lugar de referência dentro de sua área de atuação e no campo das chamadas ciências humanas e sociais. Sua principal contribuição a seu campo de estudos, dadas as rupturas contidas em suas propostas, tornou-se conhecida como *Nouvelle Histoire*, expressão que atualmente confunde-se com o nome dado a eles, Escola dos Annales, ancorada na Universidade de Estrasburgo. Essa universidade tem papel fundamental tanto na estruturação dos Annales quanto no pensamento desenvolvido por Fernand Braudel. Localizada na região da Alsácia Lorena, atual território francês, foi palco de seguidas disputas entre a Alemanha e a França quando ao final da 1ª guerra mundial foi finalmente incorporada pelos franceses que direcionaram grandes esforços no sentido de agregar a região de população de origem germânica. Assim, a Universidade de Estrasburgo desempenhou importante papel na assimilação da nova região e devido a investimentos financeiros significativos por parte do governo francês tornou-se referência intelectual de excelência abrigando renomados professores de áreas tão diversas quanto às ciências jurídicas, a filosofia, a sociologia e a história. Estrasburgo se tornaria conhecida e reconhecida também por uma nova postura universitária: a interdisciplinaridade.

Nascido no início do século XX na França, prisioneiro de guerra do regime nacional-socialista alemão durante a 2ª guerra mundial, Braudel pertenceu à chamada 2ª fase da Escola dos Annales. Será figura central da segunda fase, tanto como historiador como administrador do patrimônio físico, institucional e do prestígio que herdou (Reis, 2000, p. 106). Sob sua direção os Annales expandiram sua área de influência tanto na França quanto mundial, em função da qualidade de seus próprios trabalhos e dos professores/pesquisadores pertencentes a esse grupo. Cronologicamente essa escola possui, de acordo com seus estudiosos, três fases que compreendem os anos entre os seguintes referenciais temporais. A primeira fase desenvolveu-se entre os anos 1929/46; a segunda fase entre os anos 1946/68 e a terceira fase entre 1968/1988, cabendo a essa última referência uma interrogação quanto às interpretações ainda em construção acerca de sua continuidade e características. “Grosso modo” definimos, de acordo com José Carlos Reis, essa escola da seguinte maneira:

a expressão *nouvelle histoire* designa a história sob a influência das ciências sociais, que começou a ser elaborada a partir do debate entre sociólogos, filósofos, geógrafos e historiadores, no início do século XX, e se corporificou na revista de história *Annales d'Histoire Economique Et Sociale*, fundada em 1929 [...] reúne professores e pesquisadores que atuam em Paris, Rennes, Toulouse e Aix-en-Provence e colaboradores da Revista, formando um grupo policêntrico, heterogêneo e mais ou menos permanente (Reis, 2000, p. 65-66).

Pode-se dizer que esse caráter inovador é resultado da aceitação e assimilação das críticas oriundas das ciências sociais de orientação durkheimiana para a qual a História deveria aproximar-se das Ciências Sociais para igualmente tornar-se uma ciência social. Para

os proponentes da então nascente Escola dos Annales a ruptura que resultaria na construção da chamada *nouvelle histoire* se daria a partir da adoção de determinados procedimentos, e entre estes é possível observar:

1º) tirar a história de seu isolamento disciplinar, derrubando as paredes que a compartimentavam, 2º) afirmar direções novas de pesquisa, interessando-se pelas esferas econômica, social, geográfica, mental, 3º) empreender o combate contra a história política, na sua forma diplomática, narrativa e acontecimental, que mascarava o verdadeiro jogo histórico, que se passa nos bastidores estruturais, que seria o que se deveria fazer aparecer e explicar [...] abandonou o pressuposto da história partidária, parcial, a serviço de poderes religiosos e políticos, recusando a ideologização do discurso histórico; abandonou o pressuposto do tempo cronológico, linear, irreversível, recusando o evolucionismo progressista; abandonou o pressuposto da história conhecimento do passado, recusando a “história-museu” (Reis, 2000, p.6-95).

Interessa-nos a proposta desenvolvida por Braudel, aquela que o tornou referência nas discussões sobre a escrita da História, qualquer que seja a metodologia utilizada por quem a escreve. Seu mérito reside em escalonar o tempo histórico-social demonstrando que muito mais do que uma sucessão de eventos que definem uma determinada realidade as temporalidades deveriam ser observadas em suas características de acordo com sua capacidade de permanência e interação entre si.

A proposição do conceito de longa duração e dos tempos históricos inicia-se, na obra braudeliana, através do trabalho *La Méditerranée et Le Monde Méditerranéen à l'Époque de Philippe II*, redigida em 1949. Nesse trabalho o autor ignora as questões políticas e administrativas de Felipe II e direciona o foco de suas pesquisas para as diversas relações que se estabelecem entorno do Mar Mediterrâneo:

o Mediterrâneo nos surge assim como um vasto complexo de relações econômicas e culturais, um mundo diversificado que o autor acredita dotado de coerência interna e configurado enquanto uma unidade. Para organizar esse imenso conjunto geográfico composto de mares, ilhas, montanhas, planícies, desertos, enfim, de Ocidente a Oriente, de cristãos e muçulmanos, é que Braudel elabora sua teoria dos distintos tempos, da pluralidade das durações. A história é então decomposta em planos sobrepostos, ordenados segundo a variação dos seus ritmos, os quais, no Mediterrâneo, permitem a distinção, no tempo da história, de um tempo geográfico, um tempo social e um tempo individual (Dutra, 2008, p. 58).

As diversas temporalidades envolvendo o Mediterrâneo são entendidas através do trinômio estrutura-conjuntura-evento. Segundo Dutra (2008), o Mediterrâneo é compreendido como uma **estrutura**, uma ampla estrutura no interior da qual se acomodam e relacionam-se reciprocamente outras estruturas sociais, sensivelmente menores. A estas, menores, seria destinado o conceito de **conjuntura**, ou seja, os mecanismos monetários postos em ação, a circulação de metais preciosos, o movimento dos preços e sua influência no enriquecimento dos negociantes e no empobrecimento que os camponeses e os trabalhadores urbanos assinalam, movimentos conjunturais que incidem sobre a vida econômica. Por fim, há ainda uma outra ordem de eventos, ainda em menor escala que as observáveis nas durações anteriores e que recebe o nome de **evento**. Sobre outra duração, curta, no nível do evento, que o autor vai se debruçar na última parte de seu livro. Escrita, segundo as palavras de Braudel (2003), sob o signo dos acontecimentos (...) para alcançá-la ele se propôs fazer uma história na dimensão do indivíduo, uma história de “agitação de superfície”, com “oscilações breves, rápidas, nervosas”, mesmo sabendo-a perigosa, porque teria a “dimensão das cóleras, sonhos e ilusões dos seus contemporâneos.

A adequada interpretação/contextualização histórica de um objeto de pesquisa, uma sociedade, uma técnica, dependeria da observação de suas características em suas múltiplas temporalidades. Portanto, o principal conceito em Braudel é a **longa duração**. Como explicá-lo ao leitor não familiarizado às discussões históricas? Vejamos um de seus estudiosos,

mas o termo ‘duração’, que é a pedra de toque da teoria braudeliana do tempo histórico, desperta interrogações. Estaria ele disponível na língua portuguesa? Certamente que me refiro ao sentido com que os franceses o empregam em História. Creio que não. Mesmo em francês é uma ‘noção ainda mal dominada’, no dizer de Vovelle. Talvez fosse possível empregarmos termos como ‘permanência’, ‘recorrência’, ‘continuidade’, ‘persistência’, ‘recorrência’. [...] Se a sua carga semântica revela-nos, em nossa própria língua, uma idéia imprecisa, ela possui expressões semelhantes que, para além da história quase sem tempo das ‘prisões de longa duração’ de seu teórico, identificam o largo uso e, portanto, o triunfo da ideia braudeliana entre os historiadores franceses: ela pode significar a ‘resistência da história’, do gênero serial de Labrousse, ‘o inconsciente coletivo’ e ‘a história da lentidão da história’, das mentalidades de Ariès e de Le Goff [...] (Lopes, 2008, p. 90).

É necessário estar atento àquilo que permanece, capaz de demonstrar características estruturais do que se observa/pesquisa/estuda. Sem sombra de dúvidas, aliada às discussões envolvendo a questão das temporalidades e certamente como desencadeadora de suas propostas acerca do domínio destas mesmas temporalidades para a construção de uma História que desvende aquilo que está além da superfície, os bastidores das estruturas sociais e seus desdobramentos, há uma advertência. Segundo Braudel, historicizar um problema, ou a correta adequação de um objeto de pesquisa à luz de fatos recentes, a partir da curta duração, do **evento**, geraria o seguinte alerta:

desconfiemos dessa história ainda ardente, tal como os contemporâneos a sentiram, descreveram, viveram, no ritmo de sua vida, breve como a nossa. Ela tem a dimensão de suas cóleras, de seus sonhos e de suas ilusões. Acerca de se fazer história no curso da qual o próprio historiador participa, às vezes de maneira bem ativa, o depoimento de Eric Hobsbawm é esclarecedor: ‘eu não sou um observador externo; sou, de certo modo um participante. Como confrontar a experiência vivida, as minhas opiniões e o que, como historiador profissional, descobri por intermédio de minhas pesquisas e leituras? [...] Além disso, há um outro problema mais dramático para alguém como eu, que esteve muito comprometido com o movimento de esquerda, com a causa da Revolução Russa’ (Lopes, 2008, p. 84).

Permanece o alerta àqueles que se detêm no chamado evento. Podemos dizer que os autores que escreveram suas críticas à Gestão Social incorreram nesse erro. Ao analisarem, contextualizaram e, sobretudo ao criticarem, à luz de suas contextualizações acerca daquilo que entenderam como falho, ancoraram suas análises no **evento** enquanto categoria braudeliana. No imediato, naquilo que se presta a “análises quentes”, unidimensionais e sem considerar que outros elementos podem e devem ser considerados ao analisar a estruturação de um campo de conhecimento, que se considera novo, mas que certamente tem suas origens em estruturas sociais em raízes que remontam a discussões que estendem seus braços a conjunturas mundiais e regionais. Vejamos o que nos diz Braudel em seu clássico texto História e Ciências Sociais - A Longa Duração:

a história dialética da duração, não é à sua maneira, explicação do social em toda a sua realidade? e portanto do atual? Valendo sua lição nesse domínio como uma proteção contra o evento: não pensar apenas no tempo curto, não crer que somente os atores que fazem barulho sejam os mais autênticos; há outros e silenciosos – mas quem já não o sabe? (Braudel, 2013, p. 59).

As propostas de Braudel serão utilizadas para construir análise não somente acerca da contextualização histórica da Gestão Social, para demonstrar que a participação popular brasileira é característica inerente à longa duração em nossa sociedade bem como para expor todo um conjunto de críticas baseadas no **evento**. O referencial teórico acima mencionado, tanto em seu nascedouro quanto em suas propostas será nossa base de sustentação para os objetivos que nos propusemos atingir.

2 - Gestão Social: contextualização histórica

A vitalidade dos debates e, conseqüentemente da Gestão Social se materializa, a nosso ver, através de dois marcos. O primeiro deles: na publicação de textos e conferências apresentados em eventos que tornaram-se lugar de referência para os pesquisadores do assunto. Como exemplo o Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social e o Colóquio Internacional Sobre Poder Local. A segunda: o vigor dos debates surgidos nesses encontros que igualmente resultam em publicações nas quais se permite transparecer toda uma dinâmica inerente à uma área de conhecimento com as mais diversas proposições por parte dos pesquisadores que a compõem.

A Gestão Social é objeto recente na comunidade científica internacional e brasileira. A literatura que trata do tema nos oferece duas principais ancoragens temporais. **A primeira:** no ano de 1992, durante evento realizado na Bolívia intitulado *Seminario Iberoamericano de Desarrollo de Profesores en Gerencia Social*, organizado pela *Red Iberoamericana de Instituciones de Formación en Gerencia Pública*, discutiu-se o conceito à luz daquilo que Tenório (2009) nos apresentou como um tipo de gestão cujo foco seriam ações focadas nas necessidades dos diversos atores sociais. **A segunda:** no ano de 2001, de acordo com aquilo que defendem Fischer e Melo (2006) e Schommer e França Filho (2006), na Escola de Administração pertencente à Universidade Federal da Bahia foi posto em prática o Programa de Desenvolvimento e Gestão Social. Cursos de graduação e pós graduação se estruturaram ao longo das duas décadas mencionadas. No entanto, acreditamos que uma **terceira** referência cronológica possa ser estabelecida, sobretudo por ter-se convertido no local por excelência para os principais debates envolvendo a Gestão Social. Referimo-nos ao ano de 2007 quando houve a realização do I Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social na cidade de Juazeiro/CE. Portanto, para a Gestão Social, é possível ancorar cronologicamente referenciais que compreendem o período entre os anos de 1992, 2001 e 2007.

Circunstanciar qualquer evento cronologicamente é procedimento basilar para a compreensão de sua dinâmica interna. A estruturação de tal evento encontra-se certamente relacionada com a época que o envolve, sofre interferência e interfere em seu tempo. Demonstrar essa dinâmica se faz necessário ao considerarmos que essa medida nos fornece os elementos necessários para apontar algumas das fragilidades das críticas direcionadas à Gestão Social.

A relevância e solidez de qualquer crítica parte do adequado dimensionamento no tempo do objeto ao qual se pretende direcionar críticas, delimitar imprecisões e inconsistências. Como exemplo podemos citar o texto de Araújo

A partir da década de 1990, a crise hegemônica mundial repercute a extensão da precariedade do sistema de proteção social no Brasil, demonstrada por fatores como a dita escassez de recursos para atender as crescentes demandas provocadas pelas mazelas sociais, o aumento das iniciativas para assegurar a diminuição e a ação provedora/reguladora do Estado e o incentivo para o estabelecimento de “novas” relações de parceria com a sociedade civil (Araújo, 2012, p. 32).

Um olhar um pouco mais apurado para as datas referência supracitadas em relação à Gestão Social, nos permite ir além de momento classificado como uma simplificada e imprecisa expressão crise hegemônica mundial. Possibilita visualizar a gênese da Gestão Social conectada ao final do chamado Breve Século XX, período compreendido entre os anos de 1914 e 1991 e assim definido pelo historiador Eric Hobsbawn em seu livro *A Era dos Extremos*. O recorte compreendido entre a 1ª Guerra Mundial e a Queda do Muro de Berlim fez do “novecentos um período de incríveis contrastes [...] sombrio, obscuro, cruel, vertiginoso, criativo, inovador, libertário, impar – a adjetivação, dependendo do ângulo de análise, varia abundantemente” (Martins, 2006, p.3).

Tais possibilidades de classificação não excluem o denominador comum para o século XX: a capacidade humana de transformar indivíduos em multidões exterminadas das mais variadas formas, a capacidade de sangrentas lutas por direitos civis, em suma, a perplexidade

diante de um período que inicia-se próximo da revolução russa de 1917 e se desdobra nas mais catastróficas experiências humanas vividas até então. Segundo Hobsbawn,

talvez a característica mais impressionante do fim do século XX seja a tensão entre esse processo de globalização cada vez mais acelerado e a incapacidade conjunta das instituições públicas e do comportamento coletivo dos seres humanos de se acomodarem a ele (2003, p. 24).

Dois títulos emblemáticos marcam o início das argumentações que caracterizam o chamado Breve Século XX na obra que, ainda nesse ponto, continuamos a tratar. A parte um do trabalho, composto por mais outras duas, é intitulada A Era da Catástrofe. O capítulo I, que dá início à parte I é intitulado A Era da Guerra Total. Tecnologias de extermínio em massa responderam, nesse período, por nomes de Fissão Nuclear, responsável pela criação das bombas atômicas de Hiroshima e Nagasaki; e Napalm, utilizado como incendiador na guerra do Vietnã. Portanto, o cenário global que se descreve para o período imediatamente anterior ao nascimento das discussões envolvendo a Gestão Social é marcado por opções de políticas que contemplam as chamadas questões infraestruturais, segundo a sociologia marxista.

Locais, regionais ou globais, as Guerras do século XX iriam dar-se numa escala muito mais vasta do que qualquer coisa experimentada antes. Das 74 guerras internacionais travadas entre 1816 e 1965 que especialistas americanos, amantes desse tipo de coisa, classificaram pelo número de vítimas, as quatro primeiras ocorreram no século XX: as duas guerras mundiais, a guerra do Japão contra a China em 1937-9, e a Guerra da Coreia. Cada uma delas matou mais de 1 milhão de pessoas em combate. A maior guerra internacional documentada do século XIX pós-napoleônico entre Prússia-Alemanha e França, em 1870-1, matou talvez 150 mil pessoas, um ordem de magnitude mais ou menos comparável às mortes da Guerra do Chaco de 1932-5, entre Bolívia (pop. c. 3 milhões) e Paraguai (pop. C. 1,4 milhões). Em suma, 1914 inaugura a era do massacre (Hobsbawn, 2003, p. 32).

Por sua atual reputação, reconhecidamente merecedora do status de clássico e assim compreendida pelas diversas matizes teórico-ideológicos existentes na academia, A Era dos Extremos é referência inicial e fundamental para qualquer estudioso que se ocupe direta ou indiretamente de questões envolvendo o século XX. Sabemos que o contexto apontado acima, ou mesmo seus desdobramentos, nem sempre se reproduziram *ipsis litteris* no Brasil ou mesmo na América Latina; mas é possível demonstrar que seus efeitos se fizeram sentir em ambos. Especificamente para o Brasil apontamos um quadro de agudas diferenças entre os anos 80 e 90 do século XX.

há pelo menos três diferenças importantes entre os anos 80 (conhecidos como a 'década perdida') e 90. Em primeiro lugar, a década de 80 foi um período de inflação crescente e políticas macroeconômicas caóticas [...]. Em segundo lugar, os anos 80 foram caracterizados por grande, quando não crescente, interferência do Estado, enquanto os anos 90 podem ser descritos como a 'década de reformas orientadas para o mercado'. Em terceiro lugar, sobretudo em consequência dos dois fatores acima mencionados, os anos 80 terminaram em tom de desesperança, sem um diagnóstico claro ou consensual sobre a razão da crise e com o país rondando a hiperinflação; no final dos anos 90, no entanto, havia sinais de uma retomada da trajetória de crescimento sustentável, dessa vez no contexto da estabilidade de preços (Pinheiro, 2001, p. 7).

A América latina apresentou também significativos traços de similaridade com as questões acima levantadas. As consequências do Breve Século XX se fizeram sentir de maneira bastante incisiva através de tentativas de obtenção de novos arranjos sociais, sobretudo pelos movimentos civis organizados:

Enquanto alguns intelectuais vicejavam o fim da luta armada de esquerda, eclodia no primeiro dia do ano de 1994 a revolta dos índios e camponeses pobres de Chiapas, México, arranhando a "nova ordem" mundial pós-muro de Berlim. Nem bem o neoliberalismo demonstrava a sua força política hegemônica, a resistência vinha de um dos lugares mais pobres, ao mesmo tempo em que os neoliberais comemoravam o Tratado de Livre Comércio da América do Norte, que credenciava o México a ingressar no Primeiro Mundo. Os zapatistas reivindicavam,

principalmente, 'pão, saúde, educação, autonomia e paz' (Saint-Pierre, 1999: 205). Em outra parte do continente latino-americano, alguns meses antes da revolta zapatista, eclode uma série de manifestações populares na Argentina, conhecidas como 'puebladas', sendo a mais importante delas o 'santiagazo', quando os manifestantes tomaram de assalto e incendiaram a sede do governo provincial, o legislativo e os tribunais. Os protestos populares não pararam por aí, espalhando-se pelas mais diversas províncias do país. A principal reivindicação das 'puebladas' era por trabalho, dado que o desemprego no país atingia, em algumas províncias, quase 27% da população economicamente ativa (Machado, 2003, p. 1)

Diante desse quadro, traçado igualmente para os contextos mundial, latino americano e brasileiro, certamente podemos falar em crise de modelos chamados tradicionais de gestão. É possível afirmar que as prioridades de governos residiram permanentemente em busca da chamada infra-estrutura que garantiria a soberania de Estados sobre outros Estados, o controle sobre mercados consumidores.

Pesquisadores, professores, proponentes e praticantes da Gestão Social foram influenciados por tais circunstâncias? Suas práticas e relação com o social foram alteradas? Suas percepções e fazeres sofreram influência? Acreditamos que sim e à luz daquilo que foi exposto até aqui passaremos a dialogar com aquelas que podem ser consideradas como as mais incisivas críticas sofridas pela Gestão Social até o presente momento, a saber: o trabalho de doutorado de Edgílson Tavares Araújo e o texto de Pinho. Para isso consideraremos três referenciais distintos. O primeiro e já supracitado: a necessidade de correta contextualização temporal daquilo que se critica. Mais especificamente aqui trataremos do desconhecimento da participação das camadas populares brasileiras ao longo da história e sua reconhecida capacidade de interferir nos desdobramentos da construção da sociedade na qual está inserida.

Entendemos que os acontecimentos envolvendo o Breve Século XX e seus desdobramentos na América Latina e Brasil ofertam uma temporalidade extensa e igualmente complexa para a compreensão das questões envolvendo o momento de nascimento do campo em discussão. As possibilidades de junção das propostas braudelianas às discussões apresentadas, ao rol de autores clássicos utilizados como sustentação para as propostas e debates envolvendo a Gestão Social, residem na oferta de instrumental capaz de observar, ao mesmo tempo com distanciamento e aproximação, os fatos em torno das críticas a ela apontados bem como os pontos históricos de partida que dão sustentação às mesmas.

3 – Pinho, o desconhecimento da sociedade brasileira e as fragilidades da crítica.

No ano de 2009, durante o III Encontro Nacional de Pesquisadores em Gestão Social (ENAPEGS), realizado no Vale do Rio São Francisco, nas cidades de Petrolina/PE e Juazeiro/BA houve um significativo debate envolvendo professores/pesquisadores a respeito do tema Gestão Social. Grosso modo é possível dizer que os envolvidos, José Antonio Gomes de Pinho e Fernando Guilherme Tenório posicionaram-se de forma diametralmente oposta. O primeiro dedicou-se a formular críticas supostamente incisivas, enquanto o segundo dedicou-se a argumentar no sentido de que as propostas para a noção de entendimento do campo Gestão Social indicam e fortalecem um novo modelo de relações entre Estado e sociedade para o enfrentamento de desafios contemporâneos.

É possível a compreensão do debate acima mencionado a partir da percepção dos envolvidos e suas propostas acerca da relação entre o Estado brasileiro e a sociedade. Para Pinho, com o qual dialogaremos durante todo esse tópico, essa relação se daria de forma assimétrica, pois os padrões educacionais da população brasileira impediriam sua adequada percepção das reais questões que sobre ela recaem impedindo seu desenvolvimento. Ou seja, sustenta a tese de que a Gestão Social teria sua aplicabilidade comprometida em função da incapacidade da população brasileira, dada sua baixa escolaridade, de participar através de uma correta leitura das questões envolvidas. Diz ainda que tentativas de decisões a partir de uma democracia participativa resultariam na supremacia de grupos pertencentes a setores

sociais privilegiados do ponto de vista econômico e conseqüentemente educacional. Segundo esse autor, apoiado em paupérrima e limitada literatura,

a busca por participação mais igualitária é restringida por uma série de elementos, o mais importante deles parece ser a exigência de qualificação – técnica e política – que essa participação coloca aos representantes da sociedade civil. A participação em uma política pública quer seja no âmbito da formulação, discussão, deliberação ou execução demanda normalmente o domínio de um saber técnico especializado do qual os representantes da sociedade civil, especialmente os dos setores subalternos, em geral não dispõem (Pinho, 2010, p. 36).

Partindo da premissa de que a educação é o fator primordial para a relação entre estado e sociedade e conseqüentemente para a construção de participação social, o autor constrói sua argumentação apoiado por referências inadequadas. Em diversos momentos aponta uma, supostamente, muito bem construída realidade brasileira, a partir da qual conclui seus argumentos. Há inclusive, no texto ora tratado, tópico intitulado As Profundezas do Social no Brasil (grifo nosso). Causa-nos espanto que entre suas referências não encontremos, para início de argumentação, alguns dos muitos clássicos da literatura brasileira reconhecidos nacional e internacionalmente, nas mais diversas áreas do conhecimento, e que poderiam auxiliá-lo numa melhor compreensão sobre os elementos formadores da chamada realidade brasileira. Como tratar das profundezas do social no Brasil sem sequer citar Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Holanda, Darcy Ribeiro, Euclides da Cunha, Oliveira Viana, Alcântara Machado e Roberto da Matta? Como desconsiderar os reconhecidos Intérpretes do Brasil?

A nosso ver, as ausências supracitadas conduzem o autor ora tratado a conclusões incongruentes, incapazes de diferenciar trajetórias históricas tão díspares quanto as observadas entre o Brasil e a Alemanha. Desenvolve caso clássico de miopia acadêmica e desfere golpe certo que certamente atingiu muitos mais do que apenas seus interlocutores no campo da Gestão Social, mas ofertou para a posteridade afirmação que justifica mais e mais o status de clássicos absolutamente necessários para a compreensão da sociedade brasileira. Nos diz Pinho, e que Deus tenha piedade de nós ao lermos sua contribuição à leitura da realidade brasileira: “cotejando esses argumentos reais e concretos de nossa realidade, poder-se-ia dizer que a Alemanha de Habermas não é definitivamente aqui!” (Pinho, 2010, p. 33). Certamente. Somos o Brasil de Gilberto Freyre, Sérgio Buarque de Hollanda e Darcy Ribeiro. Dos muitos e incisivos momentos de participação popular protagonizados por indivíduos oriundos dos mais diferentes setores da sociedade brasileira como: governadores, padres, escravos, ex-escravos, alfaiates, sapateiros, marinheiros, mulheres, índios, comerciantes de todos os portes.

Fernand Braudel construiu os conceitos que tratamos ao longo desse texto ainda no campo de concentração, proposto como modelo prisional para extrair trabalho escravo e exterminar populações subjugadas pela força, concebido pela mesma Alemanha que serve de referencial comparativo ao Brasil por Pinho.

Com a declaração de guerra da França à Alemanha, Fernand Braudel tornou-se oficial do exército francês, foi feito prisioneiro e, como tal, levado a um campo alemão, onde permaneceu entre 1940 e 1945. No campo de prisioneiros Braudel continuou trabalhando: escrevia de memória em cadernos escolares os resultados de sua pesquisa e enviava os rascunhos a Lucien Febvre na França (Rocha, 2003, p. 24).

Sua proposta para a longa duração reside em verificar as permanências, aquilo que é característico de um objeto a ser estudado. Aqui, entendemos que participação popular é característica intrínseca à população brasileira.

Portanto, apontar a participação popular de brasileiros no questionamento de políticas de governo consideradas abusivas ao longo de toda a chamada História do Brasil nos possibilita, entre outras coisas, demonstrar o quão frágeis são as críticas de Pinho. Pontuaremos movimentos de participação popular ao longo dos três grandes períodos de

nossa História, Colônia, Império e República. À parte os grandes e já reconhecidos movimentos de contestação que envolveram os segmentos populares brasileiros, como a Inconfidência Mineira e o Tenentismo, dia a dia novas pesquisas trazem à tona momentos de participação popular.

Durante o período colonial, no Rio de Janeiro, entre os anos de 1660-1661 houve a Revolta da Cachaça envolvendo incongruência entre a cobrança de imposto predial, e as ainda muito atuais isenções às organizações de maior poderio econômico e a cobrança de tributos sobre a produção e venda da cachaça que afetaria muito diretamente setores populares. Mais de um século depois, numa outra região do país podemos encontrar outro exemplo. Em Pernambuco, a chamada Insurreição Pernambucana apresentou-se como mais uma das muitas tentativas de rompimento da subordinação econômica a Portugal. Em questão, a contestação por parte de produtores brasileiros quanto a privilégios concedidos a comerciantes portugueses. Tais questões envolviam também as esferas militares. Aos portugueses eram destinados os postos mais altos da hierarquia, fato que resultava em soldos desiguais para estes e os brasileiros. Segundo Aquino (2012, p. 391):

o clero igualmente esteve sujeito a essa rivalidade entre sacerdotes reinóis e sacerdotes nascidos no Brasil. Inegavelmente foi relevante a participação do clero na Revolução de 1817: cinco frades e cinquenta padres [...] afirma-se até que o projeto de insurreição foi elaborado no seminário de Azeredo Coutinho.

Por fim, mais recentemente, citamos as greves operárias dos anos 1978 e 1979 realizadas na região que apresentava-se à época como centro aglutinador das multinacionais, o chamado ABC paulista. Cabe dizer que tais movimentos ocorreram sob o regime ditatorial brasileiro, sabidamente um dos mais violentos da contemporaneidade.

Argumentamos no sentido de demonstrar o quão frágeis são as críticas apontadas por Pinho à Gestão Social ao mesmo tempo em que demonstramos que, a exemplo do que afirma Tenório, há um modelo de relacionamento entre o Estado e a sociedade brasileiras. Tal modelo constitui-se de ininterruptos momentos ao longo da história do Brasil nos quais observa-se incisivamente a participação popular. Segundo Pinho (2010, p. 33) citando Benevides (1991) “no caso brasileiro, a prática da participação popular intensifica-se no início do processo de transição do autoritarismo para a democracia”. Acreditamos que a participação popular no Brasil remonta a períodos significativamente anteriores. Como em linhas acima pedimos proteção divina no momento de leituras de trechos tortuosos de nossa produção científica, novamente recorreremos à analogia com o plano divino. Diríamos assim: no início, fez-e a participação popular. Justificamos. Luciano Figueiredo (2005, p. 9), nos diz que no início da História do Brasil, portanto, logo nos primeiros dias daquela que viria a ser a chamada sociedade brasileira ocorreu que

entre os séculos XVI e XVIII, soldados, colonos, comerciantes, padres, escravos e índios lançaram-se na aventura rebelde para (re)conquistar direitos políticos, sociais ou econômicos, geralmente reunindo o conjunto de estratos sociais da comunidade descontente. Essa forma de ação coletiva direta de enfrentamento das autoridades por mudança na forma de governo que afetava os colonos, cumprindo rituais de protesto que obedeciam a certas liturgias das rebeliões da época do Antigo regime, será o foco desse livro.

Pinho em tópico do texto que ora tratamos, intitulado Contra-argumentando: um freio de arrumação (grifo nosso) acaba por construir a imagem de um freio de mão sendo puxado em um veículo em velocidade de ultrapassagem, ou seja, constrói-se a imagem de um imenso capotamento interpretativo do qual, sem sombra de dúvida, a vítima primeira é o próprio autor e aqueles leitores que inadvertidamente entrarem em contato com seu texto. Para apontar onde estaria, na sociedade brasileira, o ponto de origem daquilo que entende como sendo o desejo de participar, recorre novamente a Benevides (1991) para argumentar que a participação popular pode ser associada a uma nova doença infantil esquerdista. Nos diz Pinho (2010, p.32):

a partir da inserção da questão da participação como seminal para apresentar a gestão social, torna-se imperativo entender mais profundamente de onde vem esse desejo de participação. Escrevendo no começo dos anos 90, após, portanto a promulgação da Constituinte de 1988 com forte ênfase participacionista, Benevides nota que a participação popular, muitas vezes é associada a uma nova doença esquerdista, própria dos nostálgicos da democracia dos antigos ou dos ingênuos adeptos da espontaneidade.

O ponto de partida para a interpretação da Gestão Social, que se faria segundo Tenório a partir da observação da relação entre sociedade e Estado, encontra referências muito anteriores ao final dos anos 80 e princípio dos 90. Novamente diríamos que no princípio, fez-se a participação popular. No século XVIII o Conde de Assumar, então governador daquelas regiões que viriam alguns séculos mais tarde a ser palco de momentos decisivos para a atual configuração da sociedade brasileira, a saber, as capitanias de Minas Gerais e São Paulo, descreveu com muita clareza o contexto social daquilo que fora apenas alguns anos antes associado ao paraíso pelos portugueses em função de suas verdes paisagens, abundância de água e corpos paradisiacamente nus. Segundo Figueiredo (2005, p. 8), o parecer do Conde não teria nascido de mera contemplação. Ele assistira ao cerco de seu palácio por uma multidão furiosa gritando palavras de ódio contra o governo. Acompanhara impotente a destruição de residências, o tropel de bandos armados no coração de Minas e se vira obrigado a concordar com todas as reivindicações dos amotinados e ainda perdoar por escrito aqueles insolentes vassallos. Vejamos o que nos disse o Conde de Assumar, governador das capitanias de Minas Gerais e São Paulo, durante parte do século XVIII:

a terra parece que evapora tumultos; a água exala motins; o ouro toca desaforos; destilam liberdades os ares; vomitam insolências as nuvens; influem desordem os astros; o clima é tumba da paz e berço da rebelião; a natureza anda inquieta consigo, e amotinada lá por dentro, é como no inferno (Figueiredo, 2005 p. 8).

Para demonstrar que a relação Estado-sociedade é determinante para entendermos a gestão que se pode construir a partir da observação dessa dinâmica, é preciso que tenhamos a possibilidade de visualizar o horizonte de desdobramentos ocorridos a partir da percepção do estado acerca das reivindicações observadas entre seus governados. Fica claro que reivindicações e pressões de setores sociais organizados provocam reações no Estado e conseqüentemente alterações em sua forma de gestão. Segundo Figueiredo (2005, p. 18)

no Brasil Colônia a eclosão de revoltas provocava longos pareceres dos integrantes do Conselho Ultramarino, que assessorava o soberano em assuntos das Colônias, avaliando a situação, enquanto reunia a opinião de governadores de capitanias, vice-reis, funcionários régios, todos dedicados a explicar em detalhes os acontecimentos. Ainda que rara há além disso, a própria documentação gerada pelos rebeldes, como os 'termos', 'capítulos' ou 'tratados' em que oficializavam as reivindicações, bem como os pasquins ou manifestos que então circulavam.

Fica claro haver a necessidade de compreensão dos fatos, da realidade, pelos setores sociais responsáveis pela gestão da Colônia. A diversidade das fontes de informação denota a tentativa de obter um quadro o mais próximo possível da realidade. Mostra igualmente que as reivindicações provocaram uma alteração no desenrolar do cotidiano colonial, questionando e pondo em risco um *status quo* que seria seguidamente posto em xeque por movimentos similares ocorridos nas mais diversas regiões da Colônia, do Império e da República.

Vejamos novamente Pinho. Ainda ancorados em analogias cuja finalidade é protegernos de certos disparates, surpreendentemente deparamo-nos com escrita que alude a episódios bíblicos. Ainda que inadvertidamente, o autor em tela menciona peça fundamental para o aplacamento da fome de muitos em certa passagem de texto religioso ao mencionar segundo suas palavras, um copioso cardume de argumentos (2009, p. 41). Ora, não tememos dizer que não houve aqui, em hipótese alguma, réplica do momento em que os peixes, multiplicados, extinguiram a fome de muitos. Nesse caso em particular, o referenciado cardume de

argumentos traduz-se igualmente e mais uma vez, em um único exemplar incapaz de saciar a fome de conhecimento. Continua o autor:

ainda que um copioso cardume de argumentos tenha sido apresentado acima, acreditamos que ainda torna-se necessário ancorar nosso raciocínio em camadas mais profundas da nacionalidade, ir para as camadas mais intestinas de nossa formação para entender como as coisas são, se formaram [...] (Pinho, 2010, p. 41).

Novamente mencionamos a fragilidade com os quais se argumenta criticamente em relação à participação popular como um dos elementos definidores da Gestão Social. Não há em suas referências, Pinho, qualquer possibilidade de sustentação de olhares na direção das chamadas camadas mais intestinas de nossa formação. Citamos um outro exemplo, ocorrido um século depois dos eventos acima mencionados e que igualmente contou com participação de diversos setores populares. Localizado na região norte do país durante o século XIX, devemos dizer que o palco dos referidos acontecimentos foi aquela região que ainda nos dias de hoje, em função de uma série de omissões por parte de seguidas políticas públicas de descaso, apresenta os mais baixos índices de desenvolvimento social, tais como educação, emprego, saúde e renda. Falamos do movimento conhecido como Cabanagem e segundo nos diz Aquino (2012), assim ocorreram os eventos que se desdobraram tanto em Belém quanto no restante da então província do Grão-Pará:

foi então (1835) que explodiu uma das mais violentas e prolongadas lutas populares na sociedade brasileira, com participação intensa de negros, mulatos, índios e brancos miseráveis. [...] embora não tivessem um projeto bem definido, os cabanos defendiam o fim do trabalho obrigatório dos indígenas, a distribuição de terras, a libertação dos escravos que lutassem pelo movimento (2012, p. 472).

Portanto, em seu principal referencial para a sustentação de suas críticas em relação à inviabilidade da Gestão Social no Brasil e conseqüentemente a seus proponentes, Pinho apóia-se em referencial ineficaz para demonstrar sua tese de que a participação popular de brasileiros é comprometida por sua baixa escolaridade ou, em sua palavras, a “ausência de um saber técnico especializado”. Ora, acreditamos que o crítico ora tratado incorre na visão extremante arraigada no senso comum brasileiro, decorrente da ausência daquilo que o próprio autor critica, ou seja, uma determinada tipologia educacional ofertada que nos leva a crer sermos o povo pacífico e ordeiro, apreciador/refém de jogos de futebol, ócio praieiro e folguedos carnavalescos. Nesse ponto e somente nesse ponto concordamos com Pinho, necessitamos de uma educação capaz de transmitir a nossas sucessivas gerações nosso histórico de participação popular, reivindicações, protestos e posicionamento diante de políticas públicas consideradas abusivas e excludentes. Tudo isso sob pena de termos que contra-argumentar, dentro da acadêmica com supostos pensadores formados a partir do desconhecimento de nossa história de intensa participação popular.

4 – Estado da arte ou a inadequada contextualização histórica: Araújo e o evento em Braudel

Quais são as interfaces possíveis entre as proposições braudelianas e as críticas à Gestão Social e seus proponentes, tecidas por Araújo? Podemos afirmar que em seu trabalho há uma constante recorrência nas tentativas de buscar contextualização histórica como elemento legitimador das questões que levanta. São claras as tentativas do autor em estabelecer um marco cronológico inicial para as questões envolvendo a Gestão Social. Menciona os trabalhos de Rico e Raichelis (1999); o artigo de Tenório (1998), Fischer (2001) e França Filho (2008). Considerando-os como balizas mestras para as discussões que se desenvolvem no campo da Gestão Social, Araújo aponta ainda artigos, dissertações e teses gerados a partir de programas de pós graduação *strico sensu* como potenciais ampliadores das discussões. Menciona os artigos publicados no ENAPEGS com igual potencial de ampliação

de discussões, sendo possível também perceber a aproximação de pesquisadores de diferentes áreas organizando-se em co-autorias.

O estabelecimento de marcos cronológicos tão reduzidos temporalmente comprometem sua análise. De acordo com a perspectiva da **longa duração** e com a contextualização que fizemos no tópico 2 desse texto é possível afirmar que a Gestão Social tem iniciadas suas discussões ao final daquilo que Hobsbawm denomina como o Breve Século XX, ou seja, abre-se a possibilidade de entendimento da Gestão Social como resposta a uma seqüência de eventos que se desenvolvem em escala mundial, com seus já mencionados desdobramentos na América Latina e no Brasil, ao longo de aproximadamente um século. Questões em torno de políticas de estados cujo objetivo primeiro foi a obtenção da chamada infraestrutura marxiana, ou seja, meios para alcançar supremacia bélica e econômica alcançando assim controle sobre mercados consumidores cada vez maiores, sempre em escala global.

Entendemos que a resposta para a pergunta apresentada no início deste tópico encontra-se na inadequada percepção que Araújo constrói acerca de questões que ele próprio estabelece. Em mais de um momento de seu texto recorre a contextualizações históricas, quer seja para demonstrar as origens do conceito de Gestão Social, quer seja para questionar qual seria o atual estado da arte da Gestão Social. Consideráveis partes de seus argumentos se iniciam em referências que caminham e estabelecem interrogações que partem da historicização. Sendo assim a ancoragem de suas questões parte de afirmações como:

que história, ou que histórias, levam um determinado conjunto de práticas, representações e modos de fazer a se definir gradualmente, até que esse conjunto adquira uma identidade suficientemente forte para que, a partir dele, passem a se nomear profissionalmente os praticantes da nova disciplina? Que elementos mínimos, enfim, são necessários para que se constitua efetivamente um campo disciplinar, e para que este se mantenha frente a outros saberes? (Barros, 2010, p. 205 citado por Araújo, 2011, p. 101).

De acordo com as propostas braudelianas a história ou as histórias devem ser oriundas das múltiplas temporalidades contidas nos objetos de estudo. Não tememos, portanto, afirmar que seu estudo converte-se, à luz de tudo aquilo que discutimos até o momento num imenso exercício sobre o óbvio. Araújo encontra-se claramente referenciado no **evento**, ou seja, ancora suas análises na brevidade dos fatos ocorridos ao longo das duas últimas décadas, desconsidera que esses vinte e poucos anos analisados são parte de um *continuum* que sobre eles interfere e são igualmente, num caminho inverso, alterados por eles. A necessidade de uma gestão menos tecnicista, mais apta a servir como ponte entre as mais diversas esferas sociais e o poder personificado pelo Estado seria tão somente resultado das inconsistências propositivas de determinados pesquisadores, ou é possível afirmar que mesmo estes são influenciados pela **longa duração** do chamado Breve Século XX e em decorrência disso formularam suas questões e propostas?

Afirmamos que tal necessidade de referência temporal não é única em seu texto. A contextualização do momento de nascimento da Gestão Social é demonstrada a partir da década de 1990 quando houve segundo o autor “uma crise hegemônica mundial” (Araújo, 2011, p. 32). Outro exemplo encontramos no momento em que o autor ora debatido demonstra, segundo Bourdieu a noção de constituição de um campo disciplinar e segundo Araújo (2011, p. 102) “para a adequada compreensão desse modelo é preciso conceber que todo campo disciplinar, seja qual for, é histórico”.

Qual seria a historicidade desses campos disciplinares? Estaria ela assentada na categoria braudeliiana do **evento**? Pouco mais de duas décadas seriam suficientes para a constituição definitiva de um campo, com suas metodologias, definições conceituais e unívocas e inequívocas propostas de institucionalização? Um olhar para a **longa duração** das ciências nos permite perguntar: qual campo de conhecimento se cristalizou em pouco mais de

duas décadas? Tomemos como exemplo o campo de origem de Fernand Braudel, a História. Se considerarmos que Tucídides, general ateniense que descreve uma narrativa intitulada A História da Guerra do Peloponeso, trouxe à luz sua obra no século V a.C, e que ao final do século XX historiadores italianos entre os quais apontamos Geovanni Levi e Carlo Ginzburg propõem uma inovação metodológica como a chamada micro-história, então podemos dizer que esse campo do conhecimento ao longo de seus quase 25 séculos continua ainda a trazer imprecisões, debates em torno de uma indefinição conceitual rígida. Afinal quando se diz que se fará a História de determinado objeto é possível se perguntar: mas qual História? Sendo assim, é possível afirmarmos mais uma vez que Araújo desenvolve estudos sobre a obviedade. A obviedade que diz que são necessárias muito mais que duas décadas para que inconsistências propositivas possam ser superadas. Apontamos ainda que determinados campos de conhecimento vivenciam verdadeiras crises em seus paradigmas. Desse estágio, certamente, a Gestão Social ainda guarda grande distância.

Por fim, podemos dizer que o autor ancora suas preocupações e questões inicialmente a partir de si próprio. Utiliza para isso sua trajetória acadêmica e profissional como ponto de partida para suas análises e críticas à Gestão Social. Uma sequência de colocações do autor nos permitem visualizar essa última afirmação. Reproduziremos algumas delas aqui: “inicialmente em minha carreira atuando como gestor social [...]” (p. 20); “quando em 1999, encantado com a gestão do chamado terceiro setor, pesquisei para meu trabalho de conclusão de curso [...]” (p. 20); “em 2002, ao trabalhar como gerente no Programa Artesanato Solidário [...]” (p. 21); “nessa trajetória como gestor social (executivo) e acadêmico – não vendo esses papéis descolados passo a ser e atuar definitivamente como academico e gestor social, quando mudei para Salvador/BA, em 2005 [...]” (p. 22);

as experiências de formação transitando entre o público e o privado [...] fizeram com que ao ingressar no doutorado em Serviço Social, na PUC-SP, no segundo semestre de 2008, eu fosse levado a ter como objeto de estudo questões relacionadas à formação dos gestores sociais e seu campo [...] (p. 22).

Mais uma vez afirmamos que o autor encontra-se sustentado no **evento**. Como já vimos acima, com seu imediatismo o evento se constitui no tempo em que analistas expõem-se mais a suas perspectivas marcadas por orientações ideológicas, circunstâncias políticas, comprometimento com essa ou aquela escola de pensamento. Vejamos o que nos diz Fernand Braudel, partícipe direto do Breve Século XX, acerca do distanciamento necessário para construção de análises mais refinadas, ou melhor dizendo, da necessidade de se acoplar ao tempo breve as demais temporalidades históricas

pessoalmente, no decorrer de um cativoiro bastante moroso, lutei muito para escapar à crônica desses anos difíceis (1940-1945). Recusar os eventos e o tempo dos eventos, era colocar-se à margem, ao abrigo, para olhá-los um pouco de longe, melhor julgá-los e não crer muito. Do tempo curto, passar ao tempo menos curto e ao tempo muito longo [...] depois, chegado a esse termo, deter-se, considerar tudo de novo e reconstruir, ver tudo girar à volta (Braudel, 2013, p. 71).

A construção da crítica, tão necessária ao desenvolvimento de debates que necessariamente forcem à expansão os campos de conhecimento, qualquer que seja a direção a ela proposta, não prescinde de uma adequada contextualização do objeto a que se dedica observar. Contextualizar objetos em sua temporalidade requer o correto manuseio de seus tempos. O objeto analisado, quando incorretamente manuseado dá aos leitores de seus analistas/críticos a impressão de se estar diante de algo absolutamente novo, cujas ascendências não exercessem sobre ele qualquer influência. É como se estivéssemos diante de uma espetacular fala de analistas/críticos diante de seus objetos: *Fiat Lux!*

Considerações finais

Optamos por nos aproximar da Gestão Social pela via dos debates que se consolidam em seu interior. Acreditamos que trouxemos a esses debates novas referências, sobretudo por

apontarmos contextualização histórica para aquilo que entendemos ser o contexto de nascimento da Gestão Social. Trouxemos a esse novo campo, que também segundo alguns críticos, apresenta sinais de endogenia e autorreferenciação, autores chave tanto para o entendimento de uma parte da História Contemporânea, palco de nascimento da Gestão Social, como para a contextualização temporal dentro desse cenário, a saber, respectivamente Eric Hobsbawm e Fernand Braudel.

Demonstramos, apoiados nos conceitos braudelianos de estrutura, conjuntura e evento que as críticas direcionadas à Gestão Social e seus proponentes, algumas vezes de maneira bastante incisiva, partem da incapacidade de seus autores de contextualizar adequadamente seus objetos e argumentos. O primeiro deles, Pinho, ao buscar características das camadas intestinas da sociedade brasileira utiliza referenciais insuficientes para demonstrar que a participação popular no Brasil é, a despeito de uma visão cordial e ordeira de nossa população, construída e sustentada por determinados setores sociais, da qual parece compartilhar o referido autor, característica da longa duração na História do Brasil. O segundo, Araújo, centra suas críticas, basicamente, partindo das chamadas (in)consistências da Gestão Social, constituindo análises enraizadas no conceito braudeliano **evento**. Sua observação do que ocorre no entorno da Gestão Social ao longo das décadas de 1990 e 2000, o levam a um deslocamento entre sua análise e o contexto temporal de nascimento dessa mesma Gestão Social.

Entendemos que os dois trabalhos com os quais dialogamos ao longo desse texto não se estruturaram como análises históricas, no entanto, ambos partem de contextualizações temporais como sustentáculos de suas argumentações. Iniciamos esse trabalho mencionando os diversos autores utilizados pelos proponentes da Gestão Social e citamos Adorno, Bourdier, Karl Popper, Boaventura de Souza Santos e Thomas Khun. Cabe dizer que todos eles manuseados com o devido rigor e acoplados às discussões envolvendo a Gestão Social de acordo com aquilo que defendem os autores que os utilizam. Quais seriam os riscos para um campo de conhecimento que se forma a partir de tão complexas bases, se os conceitos e discussões oriundos daqueles autores fossem manuseados de forma inadequada? Portanto, novamente afirmamos o propósito desse trabalho que ora se encerra, ou seja, a crítica que se estabelece sob bases frágeis, sob pontos de partida que não resistem a uma análise feita sob instrumental teórico adequado para o tratamento de temporalidades históricas não permite um avanço das discussões envolvendo a área de conhecimento com a qual se pretende contribuir.

Centrados em questões que envolvem seu próprio tempo, os críticos com os quais mantivemos diálogo propuseram interrogações e relativizações que não se sustentam se verificados à luz de contextualização tanto histórica quanto conceitual. A participação popular nas diversas questões envolvendo a sociedade brasileira é presente em qualquer momento de seu desenvolvimento que se observe com o devido apuro. A utilização pura e simples do **evento**, categoria braudeliana, sem que se acople a ele as demais possibilidades de visualização de análise demonstram o quão presentes são as questões e percepções próprias desses críticos, iniciadas, centradas e encerradas em seus respectivos lugares sociais. Ao que se pôde verificar, tais questões conduzem a fragilidades críticas que inevitavelmente darão lugar à continuidade das discussões entorno da Gestão Social.

Não fizemos a crítica a trabalhos de História. Fizemos a crítica, a partir de ferramentas teóricas oriundas da História, a proposições que pretenderam analisar e desenvolver críticas e contrapontos a determinados pontos de vista. Toda crítica parte de análises e estas partem de contextualizações que em menor ou maior grau são históricas. Bourdier, Karl Popper, Thomas Khun e mesmo Fernand Braudel ofertam variadas possibilidades conceituais, seu correto manuseio permanece a cargo de seus proponentes.

Referências

- AQUINO, Rubim Santos Leão de [et. al.]. **Sociedade Brasileira: uma História através dos movimentos sociais**. Rio de Janeiro: Editora Record, 2012.
- ARAÚJO, Edgilson Tavares de. **(In)consistências da Gestão Social e seus processos de formação: um campo em construção**. São Paulo: PUC – Tese – Doutorado em Serviço Social, 2012.
- BRAUDEL, Fernand. **Escritos sobre a História**. São Paulo: Perspectiva, 2013.
- CANÇADO, Airton Cardoso. Gestão Social: um debate para a construção do campo. **Revista NAU Social**, v-4, n.6, p. 191-209 Maio/Out, 2013.
- DOSSE, François, O traje novo do presidente Braudel. In: Lopes, Marcos Antonio (org.). **Braudel – tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- DUTRA, Eliana Regina de Freitas. Tempo e estrutura na unidade do mundo mediterrâneo: Fernand Braudel e as voltas da História. In: Lopes, Marcos Antonio (org.). **Braudel – tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- FIGUEIREDO, Luciano. **Rebeliões no Brasil Colônia**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2005.
- FRANÇA FILHO, G. C. Definindo gestão social. In: SILVA JR; J. MÂSIH, R. T.; CANÇADO, A.C.; SCHOMMER, P. C. **Gestão Social**. Práticas em debate, teorias em construção. Liegs/UFC: Juazeiro do Norte – CE, 2008, p. 26-37.
- HOBSBAWM, Eric. **Era dos Extremos – o breve século XX, 1914-1991**. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- LOPES, Marcos Antônio (org.). **Braudel – tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. Um tempo para a História. In: Lopes, Marcos Antonio (org.). **Braudel – tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- MACHADO, Eliel Ribeiro. Imperialismo, soberania e democracia na América Latina nos anos 90. In: **Lutas Sociais**. Revista do Núcleo de Estudos de Ideologias e Lutas Sociais. Vol. 9/10, abril de 2003. PUC – São Paulo.
- PINHEIRO, Armando Castelar. **O Brasil na década de 90: uma transição bem-sucedida? – Textos para discussão n° 91**. Rio de Janeiro, BNDES, 2001.
- PINHO, José Antônio Gomes de. Gestão Social: conceituando e discutindo os limites e possibilidades reais na sociedade brasileira. In: RIGO, Ariádne Scalfoni [et. al.]. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.
- REIS, José Carlos. **Escola dos Annales – a inovação em História**. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- _____. A temporalidade e os seus críticos. In: Lopes, Marcos Antonio (org.). **Braudel – tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- _____. **A História entre a filosofia e a ciência**. Belo Horizonte: Autêntica, 201.
- RICO, Elizabeth de Melo; RAICHELIS, Raquel (Orgs.). **Gestão Social – uma questão em debate**. São Paulo: Educ/IEE/PUC-SP, 1999.
- ROCHA, Antonio Penalves. Tempo Histórico e civilização material. In: Lopes, Marcos Antonio (org.). **Braudel – tempo e História**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2003.
- TENÓRIO, Fernando Guilherme. Gestão Social: uma réplica. In: RIGO, Ariádne Scalfoni [et. al.]. **Gestão Social e Políticas Públicas de Desenvolvimento: ações, articulações e agenda**. Recife: UNIVASF, 2010.
- _____. Gestão social: uma perspectiva conceitual. **Revista de Administração Pública - RAP**, Rio de Janeiro: FGV, v. 32, n. 5, p. 7-23, set./out. 1998.